

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Derrotada, Eneva desiste de Tietê e mira outros ativos	2
Título: Petrobras deve registrar prejuízo no 2º tri	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Marco do gás destrava investimento de R\$ 43 bi	6
Título: Governo tenta acelerar mudanças na Lei de Falências e nas regras do setor de gás....	8
Título: Alberto Bombig.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	9
Título: Plano de privatização de Guedes não passa ainda nem da fase de estudos	10
Título: Samarco prepara retomada em MG e ES	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/07/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Juliana Schincariol e Maria Luíza Filgueiras****Título: Derrotada, Eneva desiste de Tietê e mira outros ativos**

Depois de sofrer novo revés na investida sobre a AES Tietê, a Eneva vai se concentrar agora no desenvolvimento da carteira de projetos da empresa, e analisar outras oportunidades de aquisições no setor elétrico. Marcelo Habibe, diretor financeiro e de relações com investidores da geradora, disse que o caso AES Tietê é assunto encerrado e não há intenção de recorrer da decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dono das ações da AES à venda.

Na madrugada de ontem, o BNDES oficializou o resultado do processo à Eneva e à AES Tietê, que, por sua vez, informou ao mercado. A proposta da AES Corp., controladora da AES Tietê, foi a escolhida pelo banco. A BNDESPar, braço de participações do BNDES e dona das ações à venda, só fez uma divulgação pública à noite depois de ter sido provocada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que analisa a divulgação das informações da operação com AES Tietê.

“Esse assunto é ponto final para nós”, afirmou Habibe. “Não vamos recorrer à Justiça [sobre decisão do BNDES]. O ativo é dele [BNDES]. Ele vende para quem quiser.” O executivo disse que a Eneva saiu mais forte do episódio. “Somos vistos como potenciais consolidadores e há um desejo grande dos nossos acionistas por M&As [fusões e aquisições]”. Habibe disse não haver nenhum outro ativo em estudo para compra no momento. Questionado sobre a possibilidade de fechar uma operação do tipo este ano, ele disse que é pouco provável concluir algum negócio nesse prazo pois as operações duram meses. Ele, no entanto, afirmou ser possível pelo menos anunciar alguma transação nesse período.

Questionado sobre o tipo de ativo que interessa à empresa, o executivo disse não haver restrições, sendo que o importante é que gere valor à companhia. Ele lembrou que o DNA da Eneva é geração termelétrica, mas que a empresa também tem interesse por outras fontes, como ficou evidenciado no caso da

AES Tietê, cujo parque gerador é composto principalmente por hidrelétricas, parques eólicos e usinas solares.

Apesar de ter oferecido, em tese, um valor mais alto pelo negócio, a Eneva foi superada pela proposta da AES Corp, controladora da AES Tietê, via o grupo AES Brasil. A oferta dos americanos, segundo o **Valor** apurou, envolvia a aquisição, em dinheiro de 18,5% da participação do BNDES na Tietê, ao preço de R\$ 17,5 por ação. A última proposta da Eneva, por sua parte, envolvia a incorporação da Tietê a um valor aproximado de R\$ 20 por ação, sendo uma parte (R\$ 2 bilhões) paga em dinheiro a todos os acionistas da geradora, e o restante em ações de empresa a ser criada como resultado da incorporação da AES Tietê pela Eneva. No fim das contas, pela proposta da AES Corp, o BNDES embolsaria R\$ 1,27 bilhão em dinheiro, restando fatia de 9% na geradora paulista. No caso da Eneva, entrada em caixa seria de R\$ 560 milhões. Fontes próximas à Eneva dizem que se for somado o pagamento em ações a proposta ao banco superava a oferta da AES. Esse ponto pode suscitar questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU). Um especialista disse que o TCU tem dez anos para avaliar a operação e que o tribunal vai querer saber qual foi a análise para escolha de uma proposta em detrimento da outra.

O resultado do processo competitivo aberto em junho pelo BNDES foi antecipado na noite de segunda pelo **Valor** e confirmado na madrugada de ontem pela Tietê, por meio de fato relevante, em que informava que a BNDESPar havia comunicado que o grupo AES foi o vencedor. A Tietê enviou, ainda, um comunicado com esclarecimentos ao mercado confirmando a transação, após questionamentos da CVM por causa de reportagem publicada pelo **Valor**.

Para um advogado especialista em direito societário, não havia necessidade de divulgar fato relevante pela BNDESPar. Isso porque a própria Tietê informou o mercado sobre a transação após ter sido avisada pelo banco de fomento.

"O problema informacional que pode ter sido gerado pela não divulgação do BNDES foi mitigado com a divulgação pela AES Tietê", afirmou o especialista em regulação financeira Vicente Camillo.

O mercado reagiu mal à notícia sobre a decisão do BNDES. As ações da Eneva fecharam o pregão da B3 com queda de 2,14%, negociadas a R\$ 49,81. Já o principal papel negociado da Tietê recuou 8,35%, a R\$ 15,26. "Houve oscilação

atípica no mercado, o que denota a relevância da informação e reforça o fato de que o BNDES deveria sim ter divulgado fato relevante", disse Camillo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/07/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Raquel Brandão

Título: Petrobras deve registrar prejuízo no 2º tri

A Petrobras deve reportar amanhã um novo balanço vermelho, relativo ao segundo trimestre, depois de registrar prejuízo recorde de R\$ 48,5 bilhões nos primeiros três meses de 2020. A expectativa é que os resultados reflitam uma combinação de efeitos da deterioração do mercado global de petróleo, que viveu entre abril e maio seu momento mais crítico. A perspectiva entre analistas, contudo, é que o pior já passou. Ainda assim, é improvável que a estatal recupere o prejuízo do primeiro semestre e volte a pagar dividendos referentes a 2020.

Segundo a média de projeções de três bancos de investimentos consultados pelo **Valor** (Credit Suisse, Itau BBA e UBS), a Petrobras deve registrar no segundo trimestre queda de 32%, para R\$ 18,9 bilhões, no Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), na comparação com igual período do ano passado. O prejuízo estimado varia de R\$ 8,5 bilhões (Itau BBA) a R\$ 23 bilhões (Credit Suisse), revertendo o lucro de R\$ 18,9 bilhões apurado no segundo trimestre de 2019.

O balanço da empresa deve refletir uma combinação de impactos negativos da pandemia da covid-19, como o declínio acentuado dos preços do petróleo e uma queda da produção em relação ao trimestre anterior, frente a uma contração sem precedentes da demanda. A expectativa, no entanto, é que o resultado não seja novamente poluído por baixas contábeis causadas pela perda no valor de ativos e investimentos (impairments). Em meio ao choque de preços, a Petrobras contabilizou, no balanço do primeiro trimestre, baixa de R\$ 65,3 bilhões.

Durante a Live do **Valor**, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse este mês que via como “muito improvável” as chances de a companhia voltar a fazer um novo impairment do tipo.

O Itau BBA destaca que a área de exploração e produção, o carro-chefe da petroleira, será impactada diretamente pela queda dos preços do petróleo. O banco cita que o barril do tipo Brent, referência global, caiu praticamente pela metade, de US\$ 68 no segundo trimestre de 2019 para US\$ 33,50 em igual período deste ano.

Já em termos de volume, a produção aumentou 4,1% em relação ao segundo trimestre de 2019, para uma média de 2,802 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) entre abril e junho deste ano. Frente ao primeiro trimestre, porém, houve queda de 3,7%, em reação ao choque de demanda global. Segundo estimativas da consultoria Rystad Energy, o consumo mundial de petróleo caiu 27,1% em abril, ante igual mês de 2019, e 19,8% em maio, também na comparação anual.

Diante da deterioração do mercado doméstico, a estatal conseguiu se manter ativa no comércio exterior. A Petrobras exportou, entre abril e junho, em média, 962 mil barris/dia de óleo bruto e derivados - redução de 6,7% ante o primeiro trimestre, mas um salto de 58,7% em relação ao segundo trimestre de 2019. Mesmo não tendo conseguido repetir o desempenho dos primeiros meses do ano, os volumes do segundo trimestre continuaram acima dos patamares de 2019. O UBS destaca, porém, que os impactos na demanda devem ter levado a petroleira a negociar suas cargas com descontos em relação aos preços do Brent.

No refino, as receitas devem ser impactadas tanto pela queda das margens, quanto pela redução das vendas em si, diante da contração do consumo. Depois de chegar a operar com apenas 59% da capacidade das refinarias em abril, e Petrobras recuperou o fator de utilização do parque de refino nos meses seguintes e fechou o segundo trimestre com uma taxa de uso de 70% - ainda assim, abaixo dos 76% apurados entre abril e junho de 2019 e dos 79% do primeiro trimestre de 2020.

Do lado financeiro, o Credit Suisse estima um impacto negativo de US\$ 2 bilhões nos resultados, devido à exposição à depreciação do real. O banco, no entanto, acredita que “o pior ficou para trás”. “Continuamos a ver valor na Petrobras, com os preços do petróleo mais normalizados”, cita o relatório assinado pelo

analista Regis Cardoso. Segundo o Credit, cada aumento de US\$ 5 na cotação do Brent adiciona US\$ 3 bilhões ao Ebitda anualizado da Petrobras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/07/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Marco do gás destrava investimento de R\$ 43 bi

Um ano depois de lançado pelo governo, o plano Novo Mercado de Gás deve ser votado pela Câmara dos Deputados nos próximos dias e pode destravar investimentos da ordem de R\$ 43 bilhões, segundo os cálculos do governo. Apesar do avanço de algumas medidas no âmbito federal, o prometido “choque de energia barata” do ministro da Economia Paulo Guedes ficou longe do objetivo de baixar o preço do gás natural em 40%, pois ainda sofre resistências nos Estados e distribuidoras locais.

O governo pretende garantir acesso de empresas privadas à infraestrutura de escoamento e transporte de gás natural (usado como combustível no transporte e nas usinas termoeletricas, bem como fonte de energia em casas, fábricas e estabelecimentos comerciais, além de poder ser convertido em ureia, amônia e outros produtos usados como matéria-prima em diversas indústrias).

Hoje, o projeto terá um pedido de urgência avaliado pelos deputados. Se aprovado, os parlamentares passam a tratar com prioridade o tema, que é base do programa lançado pela União ao abrir o mercado para novas empresas. A queda de custo deve atingir principalmente os principais consumidores do gás natural – a indústria e o setor de energia termoeletrica. Mas a expectativa do governo é que essa redução seja repassada ao consumidor final.

Há praticamente consenso em relação ao teor do texto, já aprovado, em outubro do ano passado, na Comissão de Minas e Energia da Câmara, sob relatoria do deputado Silas Câmara (Rep-AM). Escolhido para relatar a proposta no plenário pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Laércio Oliveira (PP-SE) disse que vai manter o texto na íntegra. “O projeto é uma construção conjunta e já venho trabalhando nisso desde 2019. Minha intenção é blindar o texto, que foi fruto de muita conversa”, afirmou.

O Ministério de Minas e Energia (MME) diz que o texto reflete o consenso no setor, consolida boas práticas regulatórias, traz segurança jurídica, estabelece tratamento isonômico a todas as empresas e destrava investimentos em infraestrutura essenciais à expansão do mercado. Produtores, transportadores e

consumidores defendem a proposta, mas há pressão das estatais estaduais por mudanças. O secretário executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Luiz Costamilan, avalia que o texto em análise na Câmara é o “projeto possível”. O presidente executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGÁS), Rogério Manso, afirma que o projeto é resultado de anos de discussão entre todos os agentes.

Estatais. Já a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), que representa as estatais estaduais, quer ajustes na proposta que está em votação e um papel mais ativo do governo no setor. A entidade defende propostas de garantam a demanda, como um plano de universalização do gás natural e um plano para substituir o combustível usado em veículos de transporte de carga e passageiros. A Abegás propõe ainda a realização de leilões para escolha de termoeletricas que funcionariam como “âncoras” no sistema. Nesse modelo, caberia ao governo criar um programa de desenvolvimento de infraestruturas essenciais para custear rotas de escoamento de produção unidades de processamento e gasodutos de transporte.

Os grandes consumidores são os principais interessados na aprovação da proposta do novo marco de gás. Um grupo de 65 entidades assinou um documento em apoio à proposta, entre eles a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace). Entre os setores que integram o movimento estão as associações de alumínio, cimento, cloro, calçados, máquinas e equipamentos, plástico, confecção, vidro, cerâmica e eletroeletrônicos.

O aumento do custo da energia e do gás levou ao encolhimento da indústria de alumínio no Brasil, afirma o presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego. Segundo maior consumidor industrial de gás natural do País, o setor de cerâmicas de revestimento e louças sanitárias também apoia a proposta. O diretor de Relações Institucionais da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer), Luís Fernando Quilici, disse que a proposta é importante para impulsionar empregos e investimentos no pós-pandemia. “O projeto traz em seu conteúdo um grande consenso construído arduamente ao longo do tempo”, disse ele

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/07/2020

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli Amanda Pupo

Título: Governo tenta acelerar mudanças na Lei de Falências e nas regras do setor de gás

Após enviar a primeira parte de sua proposta de reforma tributária, a equipe econômica pretende avançar no Congresso com reformas estruturais para tentar melhorar o ambiente de negócios no pós-pandemia. A lista inclui projetos que desde antes da crise provocada pelo coronavírus já estavam entre as prioridades acertadas com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como a nova lei que pretende baixar o preço do gás em 40% (mais informações na B3) e o texto que altera a Lei das Falências para dar maior agilidade aos processos de recuperação judicial no País.

No caso da recuperação judicial, a avaliação da área econômica é que as mudanças serão cruciais no período de retomada pós-pandemia para evitar que o patrimônio de uma empresa em dificuldades perca valor, prejudicando o remanejamento e o pagamento de suas obrigações e, consequentemente, atrapalhando a recuperação do crescimento.

Estimativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia é que 3.513 empresas podem entrar em recuperação judicial nos próximos meses, dada a severidade da crise do novo coronavírus. O número é três vezes maior que o esperado num cenário sem choques. Mas os próprios técnicos admitem que o cálculo pode estar subestimado, uma vez que pequenos empresários não chegam a formalizar um pedido de falência – muitos simplesmente fecham as portas.

“As micro e pequenas empresas são 97% no Brasil. Elas simplesmente vão lá e fecham a porta. Nossa previsão é concentrada em médias e grandes empresas”, explica o subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, Erik Figueiredo. O estudo também mostra o risco de 271 mil empresas ficarem inadimplentes com suas obrigações de rotina, um número quatro vezes maior que no cenário sem crise.

O problema, segundo o diagnóstico da equipe econômica, é que o formato atual da recuperação judicial não funciona no Brasil. A duração média de um processo concluído de falência é de 6,7 anos, mas metade fica aberta por 13 anos. Além disso, os ativos de uma empresa que ingressa com processo de recuperação judicial ou falência costumam ter uma perda de 51% no valor médio durante o processo. “Imagine uma impressora que hoje é moderna. Depois de 13 anos, ela não tem valor nenhum”, explica Figueiredo. “O capital tem uma vida útil, e agilizar essa realocação evita um calote generalizado”, diz.

De acordo com o relator do projeto de lei que altera a Lei de Falências, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), a ideia é votar a matéria no plenário da Câmara dos Deputados na primeira quinzena de agosto. Segundo ele, a previsão foi dada por Rodrigo Maia na semana passada. O projeto é apresentado após proposta enviada pelo ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, em 2018, não avançar no Congresso e gerar polêmica entre as empresas.

Dessa vez, o projeto traz inovações consideradas importantes pelo setor empresarial, como a melhora nas condições do pagamento de dívidas com a Fazenda Nacional, regras para a recuperação transnacional (em que uma mesma empresa tem operações em diferentes países) e a regulamentação do financiamento de empresas em recuperação judicial. A ideia também é incluir conceito do “fresh start” (rápido recomeço) para tornar mais dinâmico o processo de falência. O objetivo é permitir que as empresas em recuperação judicial fechem seus negócios ou os repassem a terceiros e se livrem rapidamente das dívidas. Hoje a Lei de Falências proíbe o falido de exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência à sentença que extingue suas obrigações.

Tratado como crucial, o novo cenário para o pagamento de dívidas com a Fazenda Nacional veio com a possibilidade de parcelamento dos valores em até 120 prestações mensais. Além disso, o texto traz para a legislação de recuperação e falência a chamada transação tributária, que é uma espécie de negociação da dívida com o Fisco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/07/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Alberto Bombig

» ...de Troia. O documento estabelece que caberá à Palmares arcar com os custos do prédio que ocupará e de outro, anexo, que continuará sendo usado por funcionários da EBC. Entre as contas, estão a de água, luz, obras de acabamento e fiação, segurança e até copa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/07/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Plano de privatização de Guedes não passa ainda nem da fase de estudos

Brasília- Quando assumiu o cargo, há um ano e meio, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que pretendia privatizar todas as estatais para levantar cerca de R\$ 1,2 trilhão, valor suficiente para quitar a dívida pública. Hoje, somente 18 das 614 estatais estão na lista de privatizações, e nenhuma teve sua estruturação definida. O primeiro leilão está previsto para o fim deste ano.

Sem os estudos elaborados, nem mesmo o valor das empresas pode ser estimado. De capital fechado, não há referência do potencial de arrecadação, uma vez que não existe negociação em Bolsa.

Levantamento feito pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a pedido da Folha mostra que metade dos 18 projetos incluídos pela gestão Jair Bolsonaro no PND (Plano Nacional de Desestatização) está em fase de estruturação.

Ou seja, só foram contratadas equipes para avaliar o modelo mais apropriado para a venda ou a concessão da estatal à iniciativa privada. Até o momento, nenhum processo foi concluído.

Um deles é o da Emgea, vinculada ao Ministério da Economia e que cuida de contratos imobiliários do extinto Sistema Financeiro Habitacional, principalmente da Caixa Econômica Federal. O leilão está previsto para o quarto trimestre deste ano.

Doze projetos devem ser vendidos no próximo ano. Cinco deles (Correios, portos de São Sebastião e Santos, Parque Nacional dos Lençóis e o de Jericoacoara) nem sequer tiveram editais para a contratação dos estudos. Todos foram incluídos no PND em 2019.

A grande maioria dos projetos incluídos pelo governo Bolsonaro no PND em andamento teve seus estudos de viabilidade econômica realizados na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB). Também boa parte dos projetos leiloados em 2019 foi herança de Temer.

Isso ajudou Guedes a “bater a meta de privatizar US\$ 20 bilhões”. Os leilões realizados renderam R\$ 78,6 bilhões.

Com as privatizações (venda da empresa) emperradas, o sucesso de Guedes se deve ao PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), que conduz um programa de concessões, cujos projetos são mais interessantes à iniciativa

privada porque preveem receita certa. Afinal, só não haverá tráfego em rodovias, aeroportos, ferrovias e portos se o país fechar as portas. A pandemia causada pelo novo coronavírus gerou mais pressão sobre o plano de Guedes.

O ministro, que viu sair dos cofres públicos R\$ 826 bilhões para tentar conter a crise no país, anunciou no mês passado sua intenção de realizar ao menos quatro grandes privatizações neste ano: Eletrobras, Correios, porto de Santos e PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.). Os recursos ajudariam a cobrir os gastos, segundo o chefe da Economia.

Nos bastidores, os técnicos envolvidos na estruturação desses projetos afirmam que não há a menor possibilidade de que sejam levados adiante. Desde o início da gestão do ex-presidente Temer, o governo tenta se livrar do peso que a Eletrobras representa na sua contabilidade.

Reduto político para as bancadas dos estados e fonte de investimentos sociais, especialmente no Nordeste, a estatal renderia R\$ 17 bilhões à União, caso a proposta de capitalização (via diluição da participação da União) enviada ao Congresso fosse aprovada. Mas não passou.

O governo preparou uma nova proposta, mas não houve avanços por resistência de deputados e senadores, especialmente do Nordeste. Nos Correios, existe uma trava legal. Cabe à União o serviço postal, que é, justamente, o que dá prejuízo aos cofres públicos. Na prática, a única possibilidade de venda, neste momento, seria a das entregas, a galinha dos ovos de ouro da estatal.

Nem mesmo no porto de Santos há consenso sobre a privatização. A nova gestão tornou o porto lucrativo, e há projetos de reestruturação que, neste momento, sinalizam para a concessão — algo mais factível, segundo técnicos envolvidos nas discussões.

Os três projetos foram incluídos no PND. Essa exigência legal é o que dá a largada para o início da estruturação da venda por consultorias especializadas, capitaneadas pelo BNDES.

O banco atua tanto na fase preliminar (estruturação) quanto na final, financiamento aos vencedores do leilão. Será função da empresa contratada pelo BNDES para realizar os estudos definir se a melhor saída será a concessão (contratos de longo prazo) ou a privatização (venda).

Guedes também disse que pretende vender a PPSA, a estatal do pré-sal. Sua meta, além de fazer caixa, é pôr fim ao regime de partilha, sistema pelo qual o governo entra como sócio na produção de petróleo e gás.

Nenhum dos processos tem chance de avançar sem a aprovação do Congresso. Por isso, no fim do ano passado, o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, cogitou enviar um projeto para criar uma espécie de “fast track” (via rápida, em tradução livre do inglês) para a venda de estatais.

Salim queria que o Congresso desse aval para a inclusão automática de uma lista de estatais enviadas pela Economia. Dessa forma, conseguiria furar a fila do PPI, que segue rito próprio incluindo no PND projetos enviados pelos diversos ministérios.

Até o momento, a prioridade são os projetos do Ministério da Infraestrutura, que conduz um programa de concessões (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos) com potencial para atrair R\$ 250 bilhões em investimentos no período de vigência da concessão até o fim do mandato de Bolsonaro.

Com o projeto de lei, Salim conseguiria que o Congresso incluísse as estatais no PND em vez de passarem pelo PPL

Uma vez qualificados pelo PPL cabe aos técnicos do programa com os ministérios realizar estudos de viabilidade econômica. Se ela for confirmada, o projeto é incluído no PND, e o BNDES segue com o processo de estruturação (modelagem do leilão).

Em fevereiro deste ano, o PPI foi remanejado do Palácio do Planalto para o Ministério da Economia, permanecendo sob o controle de Guedes. Essa mudança fez com que Salim desistisse do plano de conseguir um atalho via Congresso.

Além dos entraves políticos, o plano de desestatização de Guedes também sofre com a pandemia, que fez o valor das empresas despencar mundo afora.

Esse foi o motivo que levou o secretário Salim a declarar publicamente, no fim de abril, que o governo só falaria de privatizações no ano que vem. Guedes, no entanto, diz que não pode esperar.

Por meio da assessoria de imprensa, o Ministério da Economia afirmou que também constam da lista de empresas incluídas no PND as estatais ABGF, Casa da Moeda e Ceitec. Esses processos, segundo o BNDES, não estão em andamento.

A pasta afirmou que há variáveis que influenciam os prazos para a elaboração dos termos que servem de referência para os estudos. Dentre elas estão a disponibilidade das informações das empresas necessárias para a discussão da melhor “modelagem de desestatização”.

Sobre o processo envolvendo a Eletrobras, a expectativa do ministério é que o projeto seja aprovado pelos congressistas em 2020 e que a capitalização da empresa ocorra no primeiro trimestre de 2021. Os estudos aguardam a aprovação pelo Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/07/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Raquel Lopes

Título: Samarco prepara retomada em MG e ES

Brasília - A empresa Samarco, que tem como acionista a Vale e a BHP Biliton, tem previsão de voltar a operar em Minas Gerais e no Espírito Santo até dezembro, cinco anos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Mas enquanto se prepara para a retomada, a empresa tem articulado junto à Fundação Renova, criada para reparar os danos do desastre ambiental, uma tentativa de cortar o auxílio financeiro emergencial de 7.000 atingidos. As atividades da minera-dora estão paralisadas desde de novembro de 2015, após a barragem se romper e despe-jar 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no rio Doce, no maior desastre socioambiental do Brasil. A estimativa é que mais de 500 mil pessoas em 45 municípios de Minas Gerais e no Espírito Santo tenham sido impactadas, direta ou indiretamente, depois que a lama tóxica chegou ao rio Doce. O desastre deixou 18 mortos e 1 desaparecido.

A Samarco afirmou à Folha que, “com a obtenção da licença de operação corretiva, em outubro de 2019, a empresa tem todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas atividades”.

No entanto, a empresa acionou a Justiça Federal do Espírito Santo para que houvesse a volta da atividade pesqueira na região da foz do rio Doce —o que foi negado.

Um dos argumentos tem como base uma nota técnica da Anvisa de 2019 que, segundo a mineradora, demonstra ser seguro o consumo de peixes e crustáceos da região.

Mas a Justiça Federal discordou. “Não se extrai dessa manifestação oficial da Anvisa uma afirmação categórica quanto à segurança do consumo de peixes e crustáceos capturados na foz do rio Doce e região costeira adjacente, depois de a área ter sido atingida pelos rejeitos da barragem.” A Anvisa avaliou a segurança do consumo das espécies da foz do rio

Doce sob a análise de oito metais —cádmio, cromo, cobre, chumbo, ferro, manganês, mercúrio, arsênio.

“Encontrando desconformidade com os limites máximos de segurança para três desses elementos, outra conclusão não há senão a de que quase 40% dos metais avaliados estão presentes em parcela das amostras de peixes e crustáceos examinadas, em níveis que ultrapassam aqueles definidos como seguros.” A Anvisa ressaltou que uma eventual liberação da pesca exigiria a adoção de medidas de controle e fiscalização. O recomendável seria restringir o consumo diário a apenas 200 gramas de pescado para adultos e 50 gramas para crianças para minimizar o impacto à saúde pela ingestão de mercúrio e chumbo. A agência deixa claro que outros fatores não foram analisados, como a qualidade da água, o consumo da população local, estudos toxicológicos e o tamanho dos peixes.

A Fundação Renova também tentou finalizar o pagamento do auxílio emergencial dos atingidos pelo desastre, comunicando o corte em carta enviada para 7.000 deles, em julho. Um dos argumentos era de que os dados obtidos pelo maior programa de monitoramento do país mostravam que “as condições da água são similares às de antes do rompimento”.

“A comparação é possível porque, anteriormente, a qualidade das águas era analisada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), que iniciou o monitoramento em 1997. Os dados mostram que, no período seco, os parâmetros estão, em alguns pontos, melhores do que os dados históricos”, disse em nota.

A fundação teve de retroceder após o juiz federal Mário de Paula Franco Júnior (MG) determinar o imediato restabelecimento do pagamento do auxílio financeiro.

“Não há estudos técnicos ou científicos validados no sentido alegado pela Renova. Aliás, tem-se que a matéria está sob análise judicial, inclusive com perícia em andamento no processo de reparação. A pretensão da Renova de unilateralmente declarar restabelecimento de áreas não encontra base validada de sustento”, diz decisão do juiz.

Segundo o defensor público Rafael Mello Portella Campos (ES), mesmo após a volta do pagamento, os atingidos ainda vivem em um cenário de incerteza durante a pandemia do novo coronavírus.

“Embora suspensa a tentativa de corte do auxílio financeiro, vemos a Fundação Renova e as empresas obstinadas a forçar uma normalidade inexistente,

ignorando a persistência dos impactos dos rejeitos na água, no pescado, da calha ao litoral”, disse.

Uma das vidas que não voltaram ao normal foi a do pescador Domingos Ponche, de Colatina (ES). “Eles queriam tirar nosso sustento em plena pandemia. Não tenho emprego, trabalho e preciso de dinheiro para sustentar meu filho, minha família. Não adianta nem dizer que o rio está em condição para voltar a pescar, ninguém compra o peixe do rio Doce”, afirmou.

A profissão em sua família era passada de geração em geração, mas o desastre fez quebrar esse ciclo. O filho de 17 anos que todos os dias saía do colégio e ia pescar com ele passou a ficar mais em casa.

A professora Simone Silva, de Barra Longa (MG), a cerca de 60 km de Mariana, ainda espera reparação. A casa dela foi destruída pelos rejeitos de minério. “Minha vida não voltou ao normal. Perdi avó e tio. Eles nunca mais poderão voltar para a região em que viveram, morreram de tristeza no ano passado”, afirmou.

Outras duas decisões da Justiça Federal mineira reconheceram diversas outras categorias como atingidas em Na-que (MG) e Baixo Guandu (ES). Eles serão contemplados com o pagamento integral de indenizações que variam de R\$ 23,9 mil a R\$ 94,5 mil.

Algumas das categorias são revendedores informais de pescado, comerciantes, artesãos, areeiros, carroceiros, agricultores, produtores rurais, ilheiros e lavadeiras.

“Está mais do que provado que os atingidos sofreram inúmeros danos durante os cinco anos que já se passaram e ainda continuam sofrendo, pois sua saúde, moral, bem-estar, necessidade de alimentos, desenvolvimento sustentável do meio ambiente, vida financeira, entre outros, estão sendo abalados”, diz uma decisão.

A Fundação Renova afirmou que até 31 de maio de 2020 foram destinados R\$ 8,85 bilhões para as ações integradas de recuperação e compensação. Cerca de R\$ 251 bilhões foram pagos em indenizações e auxílios financeiros emergenciais para cerca de 321 mil pessoas.

Em relação a Barra Longa, foram realizadas mais de mil obras de recuperação de edificações, acessos e bens públicos, diz a empresa.

A fundação ressaltou que, desde outubro de 2019, vem participando, com suas mantenedoras Samarco, Vale e BFTP, de audiências na 12ª Vara Federal, em Belo Horizonte, para definir ações prioritárias para a reparação do rio Doce.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Gestora finlandesa Nordica alega questões ambientais e zera investimento na JBS **B8**

Shoppings ampliam arsenal financeiro para apoiar lojaista no pós-pandemia **C3**

Desonerar folha com nova CPMF é manter distorções, disse Apy, na 'Live do Valor' **A4**

Quarta-feira, 29 de julho de 2020 | São Paulo | Número 5093 | R\$ 5,30

Valor

ECONÔMICO

20 de julho

Destaque

O rali do ouro começa a conquistar investidores

Colina Fomel
De São Paulo

O rali do ouro "é mais veloz do que o do dólar", está sendo levado a sério por investidores brasileiros. O metal bruto para entrega de ouro mais recente dos EUA chegou a US\$ 1.204 por grama, valor que indica uma valorização de quase 50% em um ano, impulsionado pelo dólar (Dólar) e o Brasil (Brasil).

Essa movimentação está sendo vista com interesse por investidores brasileiros. O ouro bruto para entrega de ouro mais recente dos EUA chegou a US\$ 1.204 por grama, valor que indica uma valorização de quase 50% em um ano, impulsionado pelo dólar (Dólar) e o Brasil (Brasil).

Essa movimentação está sendo vista com interesse por investidores brasileiros. O ouro bruto para entrega de ouro mais recente dos EUA chegou a US\$ 1.204 por grama, valor que indica uma valorização de quase 50% em um ano, impulsionado pelo dólar (Dólar) e o Brasil (Brasil).

Teles buscam crédito para compra da Oi

Rodrigo Correia, Maria Lúcia Figueiredo e Steven Santiago
De São Paulo

O grupo de operadoras TIM, Claro e Vivo começou a negociar com bancos e instituições financeiras para a compra da Oi Móvel, caso vença a disputa com a Figueiredo. As três operadoras, com 18,3 milhões de linhas, seguem como base para a Oi, a operadora mais antiga do Brasil, com 100 milhões de linhas.

O grupo de operadoras TIM, Claro e Vivo começou a negociar com bancos e instituições financeiras para a compra da Oi Móvel, caso vença a disputa com a Figueiredo. As três operadoras, com 18,3 milhões de linhas, seguem como base para a Oi, a operadora mais antiga do Brasil, com 100 milhões de linhas.

Para Eneva, AES Tietê é página virada

Rodrigo Farias, Juliana Schirmer e Maria Lúcia Figueiredo e Steven Santiago
De São Paulo

Após perder a disputa pela participação da Eneva no AES Tietê, a Eneva virou uma página virada. A empresa brasileira, que controla a usina de energia, agora se concentra em outros projetos de energia.

Após perder a disputa pela participação da Eneva no AES Tietê, a Eneva virou uma página virada. A empresa brasileira, que controla a usina de energia, agora se concentra em outros projetos de energia.

Vacina russa poderá ser feita no Brasil

Assis Moreira
De Brasília

A Rússia negocia com o Brasil a produção local da vacina contra o coronavírus. A produção local da vacina contra o coronavírus é uma possibilidade que está sendo avaliada pelo governo brasileiro.

A Rússia negocia com o Brasil a produção local da vacina contra o coronavírus. A produção local da vacina contra o coronavírus é uma possibilidade que está sendo avaliada pelo governo brasileiro.

A dramática via da Índia na pandemia

Assis Moreira
De Brasília

A Índia enfrenta uma situação dramática durante a pandemia. O país está lidando com um surto de casos de coronavírus, o que está causando preocupação internacional.

A Índia enfrenta uma situação dramática durante a pandemia. O país está lidando com um surto de casos de coronavírus, o que está causando preocupação internacional.

Indicadores

Gratiano Romero
A avaliação do governo sobre a situação econômica do Brasil é otimista, mas com ressalvas. O governo acredita que a economia brasileira está se recuperando da recessão causada pela pandemia.

José Francisco de L. Gonçalves
A avaliação do governo sobre a situação econômica do Brasil é otimista, mas com ressalvas. O governo acredita que a economia brasileira está se recuperando da recessão causada pela pandemia.

Idéias

Gratiano Romero
A avaliação do governo sobre a situação econômica do Brasil é otimista, mas com ressalvas. O governo acredita que a economia brasileira está se recuperando da recessão causada pela pandemia.

José Francisco de L. Gonçalves
A avaliação do governo sobre a situação econômica do Brasil é otimista, mas com ressalvas. O governo acredita que a economia brasileira está se recuperando da recessão causada pela pandemia.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875

JULIO MESQUITA
(1890 - 1927)

Quarta-feira 29 DE JULHO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46306

estadao.com.br

Pais decidirão se filhos voltam ou não para a escola em SP

Capital paulista toma a frente em uma questão que preocupa famílias de estudantes em todo o País

A maior cidade do País, com 12 milhões de habitantes, toma a frente em um debate que preocupa famílias de alunos de escolas públicas e particulares. Em São Paulo, os pais vão poder optar por não mandar seus filhos para a escola durante a pandemia do novo coronavírus, mesmo com o retorno autorizado

pelo governo do Estado. O Conselho Municipal de Educação prepara resolução para deixar clara essa norma. Assim, o aluno não receberá falta e deve continuar com ensino remoto em casa. Os pais também não poderão ser responsabilizados judicialmente – a matrícula e a presença na escola são obrigatórias por lei no País para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. Em nível nacional, não há determinação. Procurado, o MEC informou que os Estados e municípios têm autonomia para tomar essa decisão, mas gestores reclamam da falta de articulação e liderança do governo federal. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

rias por lei no País para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos. Em nível nacional, não há determinação. Procurado, o MEC informou que os Estados e municípios têm autonomia para tomar essa decisão, mas gestores reclamam da falta de articulação e liderança do governo federal. **METRÓPOLE / PÁG. A17**

● **Aulas retornam em Manaus**
O governo do Amazonas anunciou o retorno das aulas presenciais da rede pública estadual em Manaus. O Estado é o primeiro do País a voltar às aulas. Ainda não há previsão para o interior. **PÁG. A17**

Aulas presenciais devem ser retomadas?

SIM “É uma necessidade educacional e social. Países que reabriram suas escolas com estratégias adequadas obtiveram sucesso”
Presidente da Associação Brasileira de Escolas Particulares

NAO “Para a educação foi um ano perdido. Retomar as aulas agora criará uma onda de infecções entre as crianças e, pior, disseminará a epidemia nas suas casas”
Gonzalo Vecina Médico sanitário



Confusão no metrô gera aglomeração

Estação Barra Funda às 6h50 de ontem, logo após abertura dos portões. No final da tarde de 2ª-feira, metrôviários decidiram fazer greve de 24 horas, mas um acordo na madrugada encerrou o movimento. Como muitos funcionários do turno da noite não foram trabalhar, houve atraso na abertura de estações. **METRÓPOLE / PÁG. A20**

Cidade de SP já teve 1,3 mi de infectados, aponta Prefeitura

Inquérito sorológico feito pela Prefeitura de SP aponta que pelo menos 11,4% dos moradores da cidade contraíram o novo coronavírus, o que representa 1,32 milhão de pessoas com mais de 18 anos. Oficialmente, a capital tem 182.027 casos. **METRÓPOLE / PÁG. A19**

PANDEMIA NO PAÍS

● Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	88.634
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	897
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.005
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.484.649
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	38.252
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.721.560

*NÚMERO DE RECUPERADOS DA SAÚDE

Fundo nórdico corta aportes na brasileira JBS

O grupo Nordea Asset Management, que gere C\$220 bilhões, excluiu a JBS dos fundos que administra. Alega problemas de governança corporativa e riscos de desmatamento na cadeia de suprimentos da empresa. Em nota, a JBS afirmou que busca aprimorar seus instrumentos de governança. **ECONOMIA / PÁG. B6**

País perde 1,2 mi de vagas formais no semestre

Mesmo com a desaceleração no fechamento de vagas formais em junho, o mercado de trabalho perdeu no primeiro semestre do ano 1,198 milhão de empregos, pior resultado da série histórica. **ECONOMIA / PÁG. B8**



Economia criativa busca novos rumos

Sector só perde para o turismo entre os mais afetados pela pandemia. Kelly Teixeira leva produtos de sua grife para os clientes. **ESTÁDIO PME / PÁG. B12**

NA QUARENTENA

CAETANO NO EXÍLIO

Documentário estará no Festival de Veneza. **PÁG. H2**

Jornal do Carro

HYUNDAIS 'BRASILEIROS'

Xcent e Elantra serão montados em Goiás. **PÁG. 10**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Jogo jogado

O presidente Jair Bolsonaro terá que trabalhar bem mais se quiser ter uma base razoavelmente sólida no Congresso. **PÁG. A3**

Dólares suficientes, apesar do governo

Agronegócio sustenta setor externo, contra erros ambientais e diplomacia insensata. **PÁG. A3**

Bolsonaro quer isentar motos de pedágio

ECONOMIA / PÁG. B9

Tempo em SP

12° Min. 19° Máx.

MISTO

Prod. produzido a partir de fontes renováveis

FSC® C113258

Este produto é produzido a partir de madeira proveniente de florestas certificadas pelo FSC®

Para mais informações, visite o site www.fsc.org.br

9 771219 735000

Maia veta uso de cota por deputado para lucro na web

Um ato da Mesa Diretora da Câmara proibiu deputados de usar o dinheiro da cota parlamentar para contratar serviços que gerem lucro na internet. A medida foi tomada após o Estadão informar que parlamentares estavam transformando a divulgação de suas atividades no Congresso num negócio privado ao monetizar seus canais no YouTube. **POLÍTICA / PÁG. A4**

DIÁLOGOS
ESTÁDÃO
THINK
WE RING
BIOSSIMILARES
SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO
29 JUL Biossimilares: por que ter essa discussão agora? Por que biossimilares são importantes?
ÀS 9H

NOVO TIGGO 5X 2021
1.5 TURBO DUAL CLUTCH FULL CONNECT
O ÚNICO SUV URBANO COM DESEMPENHO DE SUV 4X4.
VerCaras.com.br
VEJA NAS PÁGINAS 8 E 9.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.355

QUARTA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2020

R\$ 5,00

Nova regra paulista eleva chance de aula em setembro

A volta às aulas presenciais em São Paulo está mais factível com mudanças das regras da retomada. Uma razão é a recalibragem na reabertura, que facilita o avanço das regiões para estágios mais amenos. A outra é um decreto pelo qual escolas podem reabrir quando 80% do estado, e não mais 100%, estiver por 28 dias na fase amarela. Saúde B3

Infectados são 11% da população de SP, aponta pesquisa

A incidência do coronavírus em São Paulo está em 11,1% da população, segundo pesquisa sorológica feita pela prefeitura. No levantamento anterior, eram 9,8%. A taxa de infectados é maior entre a população negra e parda (14,1%) e com baixa escolaridade (36,7%). Saúde B4

Quarentena tem brigas de família e pressão de 'fiscais'

Saúde B6

Âncora do SporTV, Rodrigo Rodrigues, 45, morre de Covid

Esporte B9

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	2,5 mil	88,6 mil
Ontem*	45,4 mil	1.005
Variação**	23,9%	-4,8%
Estágio	Acelerado	

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	21,7 mil
2º RJ	13 mil
3º CE	7,6 mil

Situação nos municípios

Acelerados

- Campinas (SP)
- São Bernardo do Campo (SP)
- Duque de Caxias (RJ)
- Porto Velho (RO)

Desacelerados

- Nova Iguaçu (RJ)
- Serra (ES)
- Macapá (AP)
- Rio Branco (AC)

Dados das 20h de 28 jul
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias



Rivaldo Gomes/Folhapress

METROVIÁRIOS CANCELAM GREVE, MAS ESTAÇÕES AMANHECERAM FECHADAS E GERAM AGLOMERAÇÃO

Usuários aguardam acesso ao Metrô na zona leste de São Paulo; greve foi suspensa, mas estações abriram com atraso, o que provocou caos cotidiano B2



Raul Spinosa/Folhapress

TERREIROS VAZIOS NA BAHIA

Pai Balbino Daniel de Paula, do terreiro Ilê Axé Opô Aganju, em Lauro de Freitas; segundo líderes do candomblé, decisão de manter os locais fechados é um pedido dos orixás Saúde B6

EDITORIAIS A2

Centro e centrão
A respeito de sucessão de Rodrigo Maia na Câmara.

Relaxamento de risco
Sobre mudanças no plano paulista de reabertura.

Ilustrada B10

Projeto resgata e lança obra de Maria Carolina de Jesus, quase toda inédita

Esporte B8

Classificados para as quartas, times menores desafiam elite do Paulista

Gestão Bolsonaro 'passa a boiada' em regras ambientais

Governo publicou 195 atos sobre a questão na pandemia, de março a maio, ante 16 no mesmo período de 2019

Um levantamento da Folha em parceria com o Instituto Talanoa aponta que, de março a maio deste ano, já em meio à pandemia do novo coronavírus, o Executivo federal publicou 195 atos no Diário Oficial — entre os quais portarias, instruções normativas, decretos e outras normas — relacionados à questão ambiental.

Nos mesmos meses de 2019, foram apenas 16.

Os números vão ao encontro do que o titular do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defendeu na reunião ministerial de 22 de abril, cujo teor veio a público em maio. Na ocasião, ele pediu um esforço para aproveitar que o foco estava na Covid e "ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas". A declaração preocupou entidades e especialistas do setor.

A análise das principais decisões publicadas confirma a direção de desregulamentação, como uma reforma que exonou gestores especializados do ICMBio, responsável pelas unidades de conservação no país.

A assessoria de Salles informou que a pasta não comentaria. O Ministério da Agricultura, com 46 atos publicados no período, negou flexibilização. Ambiente B1

Privatização de Guedes não passa da fase de estudos

Com apenas 18 das 614 estatais na lista de privatizações e nenhuma delas com estruturação definida, o governo está distante da meta de Paulo Guedes (Economia) de privatizar todas as empresas públicas. O primeiro leilão, da Emgea, está previsto para o fim deste ano. Mercado A15

Tebet defende mais tributo sobre renda ou propriedade

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), defende que o Congresso tribute mais renda ou propriedade, em detrimento do possível aumento para a classe média. Tebet integra comissão da reforma tributária, que se reúne amanhã. Mercado A16

Movimento por sucessão de Maia trava Planalto

O afastamento de DEM e MDB do grupo conhecido como bloco na Câmara pode impedir a tentativa do Planalto de construir base sólida para aprovação de pautas de seu interesse. O movimento articula sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Casa. Poder A4 e A5

Junho teve menos empregos formais fechados, diz Caged

Mercado A17

Governo articula mudar contrato de saneamento

Mercado A15

Acordo DEM-MDB busca viabilizar Dória em 2022

Poder A6

Bernardo Strassburg e Fabio Scarano Ciência não busca gerar 'verdade'

A rotina do trabalho científico não é a de gerar "certeza" ou "verdade" — próprias das práticas e doutrinas dogmáticas —, mas sim de reduzir a incerteza, em busca da maior certeza possível. Saúde B5

Os autores integram a campanha #CentistaTrabalhando

Toffoli apoia bloqueio de perfis investigados

Dias Toffoli, presidente do STF, defende o bloqueio de perfis nas redes sociais de investigados por fake news. A ação foi determinada pelo ministro Alexandre de Moraes. Poder A9

Câmara pede anulação de buscas em gabinetes

Após buscas da Polícia Federal nos gabinetes dos deputados Rejane Dias (PT-PI) e Paulinho da Força (Solidariedade-SP), a Câmara pede ao STF a anulação das ações. Poder A7

Apoio anti-China pode melhorar visão democrata sobre Brasil A11



Assine grátis para o smartphone
Baixe agora o aplicativo do GLOBO e seja o primeiro a receber as notícias da América Latina, apontando a câmera para o código QR

Felipe Conceição:
Técnico do Bragantino tenta surpreender o país



O GLOBO

Diário Manhã (3.76.1925) — (2004.2004) Bahia Manhã

612 DE JORNALISTAS TRABALHAM NA REDAÇÃO DO GLOBO. 20 DE JULHO DE 2020. 10h00min. 100% PAGO. 100% DESEMPENHO. 100% DE SATISFAÇÃO. 100% DE FIDELIDADE. 100% DE RESPEITO. 100% DE TRANSPARÊNCIA. 100% DE RESPONSABILIDADE. 100% DE CIDADANIA. 100% DE RESPEITO. 100% DE TRANSPARÊNCIA. 100% DE RESPONSABILIDADE. 100% DE CIDADANIA.

CADERNO ESPECIAL

UM NOVO FUTURO

O PAPEL DO JORNAL NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

O GLOBO Q, que vive processo de transformação digital ao completar 95 anos, agora muda também junto com o mundo em meio à pandemia. Esse novo momento valoriza o jornalismo profissional, em que se tem bem informado reforça a cidadania, o pensamento coletivo.

CONTRA A COVID-19

Vacinação em massa exigirá esforço inédito

Países ricos se preparam para distribuir doses, e Brasil diz que é cedo para debater logística

Uma vez aprovada, a vacina contra o novo coronavírus dependerá de amplo planejamento para chegar ao maior número de pessoas no menor tempo possível, em todo o mundo. Para especialistas, o desafio logístico será comparável ao abastecimento das grandes guerras mundiais, e consor-

cio é repetir o que aconteceu com respiradores e equipamentos de proteção individual a dependência global de alguns poucos fornecedores. No Brasil, questões como o acesso a regiões distantes dos grandes centros dificultam e encarecem a distribuição, lembra.

Emprego: alívio em junho após perda de 1,2 milhão de vagas

Depois de a pandemia provocar a perda de 1,2 milhão de vagas de carteira assinada no primeiro semestre, o pior resultado desde 1992 para o período, o dado de junho indicou melhora. O saldo de contratações contra as saídas foi de 10,984 postos, mas em maio havia sido de 350 mil vagas. [veja mais](#)

ENTREVISTA: TODD CHAPMAN
'Seleção de 5G não é questão comercial'

O embaixador dos Estados Unidos, Todd Chapman, disse que a tecnologia 5G está ligada à "segurança nacional dos Estados" e que o Brasil pode sofrer consequências se não entrar a chinesa Huawei como possível fornecedora de infraestrutura para o serviço no Brasil. [veja mais](#)

CONTAGIADOS

2.484.649

MORTOS

88.634

Fonte: GLOBO e Ministério da Saúde

EDITORIAL

WITKEL A
CONFUSÃO
ENTRE JUSTIÇA
E POLÍTICA

[veja mais](#)

INTERVAL PEREIRA

Corrida
para o centro
em 2022

[veja mais](#)

ARTIGO

EDSON RACIN
Eleição é
vacina social

[veja mais](#)

ARTIGO GUSTAVO BENEDETTI

Não se embe-
nas faveiras

[veja mais](#)

CITIAÇÃO

Rodrigo Rodrigues,
apresentador que
era um agregador

[veja mais](#)



BERNARDO MELLO FRANCO

La va-lua não
alcança a água

[veja mais](#)

ZENIR VENTURA

Estreia em
drama de fim
de mês

[veja mais](#)



NOVO TIGGO 5X 2021
1.5 TURBO DUAL CLUTCH FULL CONNECT

O ÚNICO SUV URBANO COM DESEMPENHO DE SUV 4X4.

VerCapas.com.br
CADA CHERY
RECEBE 100% DE DESCONTO

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, IRIB, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JULHO DE 2020

NÚMERO 20.896 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,00

Pandemia puxa venda de casa em condomínios no DF

PÁGINA 6

Caixa começa a liberar hoje os saques no FGTS

Em meio à pandemia do novo coronavírus, quase 60 milhões de trabalhadores vão ser beneficiados com o saque emergencial de até R\$ 1.045 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. A

expectativa é que a medida injetará, de forma escalonada, R\$ 37,8 bilhões na economia. Operadora do FGTS, a Caixa Econômica Federal informou que as retiradas começam nesta segun-

da-feira, com a liberação de R\$ 3,1 bilhões para 4,9 milhões de brasileiros que nasceram em janeiro. O dinheiro pode ser movimentado pelo aplicativo da instituição e, ao longo das próxi-

mas semanas, chegará também para quem nasceu nos outros meses. Todos que têm recursos em contas ativas ou inativas do FGTS poderão retirar o valor a que têm direito. PÁGINA 7

Mundo ultrapassa os 10 milhões de casos de coronavírus



Dados da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, atestam a gravidade da pandemia: além dos 10 milhões de infectados, o mundo rompeu a barreira dos 500 mil mortos no fim de semana. Segundo a OMS, o maior número de diagnósticos positivos de covid-19 ocorreu nas últimas 24 horas, com o Brasil à frente nesse quesito: no país, ontem, foram registradas 552 mortes e houve 30.476 novos casos, aumentando para 1.344.143 o número de pessoas que pegaram a doença. No DF, ocorreram 11 óbitos — elevando o total para 501 — e 2.139 novas infecções.

Marcação cerrada para frear a covid no Distrito Federal

Em entrevista ao *Correio*, o subsecretário de Vigilância à Saúde, Eduardo Hage, diz que o GDF toma medidas com base na evolução constante do coronavírus, rebate associação linear entre flexibilização e novos casos e afirma que lockdown total seria "inócuo".

PÁGINAS 4, 11 E 14

Alerta em embalagens ganha novos modelos

Anvisa determina nova sinalização sobre composição de alimentos, com desenho mais visível e de fácil compreensão. PÁGINA 5

Orçamento do GDF previsto em 42,6 bi

A Câmara Legislativa deve votar, amanhã, a proposta orçamentária para 2021. Resultados serão impactados pela pandemia. PÁGINA 13

CB.Poder

A professora de infectologia Valéria Paes, do UnB, é a entrevistada de hoje do programa, às 13h20, com transmissão pela TV Brasília e pelas plataformas digitais do *Correio*.

Riqueza de Silvana Sereia



Diversidade iluminada

Cores do arco-íris brilharam nas torres do Congresso Nacional, ontem à noite, em homenagem ao dia do Orgulho LGBTQIA+. "Não pode haver espaço para o preconceito", disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. PÁGINA 5

Suspensas ações trabalhistas que discutem correção

O ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou a paralisação de todos os processos resultantes de condenações judiciais de empresas que tratam de correção monetária. A questão é se índice a ser aplicado é a TR ou o IPCA-E.

PÁGINA 3

Julgamento no TSE

Tribunal eleitoral volta a julgar, amanhã, ações que pedem a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão. Processos incomodam o governo.

PÁGINA 2

CORREIO TALKS

PORTOS E FRONTEIRAS DO BRASIL: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA E COMPETITIVIDADE

Use no site e em redes sociais do *Correio*.

Hoje, às 15h. Participe!

Salve esta imagem!



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(06) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .